

A EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO DA LICENCIATURA DURANTE O ENSINO REMOTO EM 2020

Isabela Baptista M. A. de Oliveira¹

Resumo: Este relato foi produzido durante a experiência do primeiro estágio, no período entre abril até outubro de 2020, contexto no qual refletimos sobre o método aplicado para o ensino de sociologia durante a pandemia de COVID-19, levantando alguns questionamentos sobre a situação. Trago para este trabalho apontamentos de Vera Maria Candau (2001) para pensar sobre a didática aplicada no processo de ensino-aprendizagem no contexto que vivemos. Utilizo também ideias do autor François Dubet (1998) que são interessantes para refletirmos sobre o papel do discente no processo pedagógico. E para concluir, recorro ao pensamento do autor Antoni Zabala (1998) para levantar os objetivos e desafios da prática educativa na formação e no papel do docente.

Palavras-chave: Estágio; Ensino Remoto; Licenciatura.

PRIMEIRAS IMPRESSÕES

O meu primeiro contato com o professor responsável pelo estágio, que chamarei de Carlos, foi no dia 22 de setembro de 2020, a partir de uma mensagem, por meio de aplicativo usado para este fim. Logo, combinamos de nos falar no dia seguinte, para pensarmos o que poderia ser feito no nosso estágio, considerando que estamos vivendo um período de pandemia de coronavírus. Por questões sanitárias e de segurança, para diminuir a onda de contágio, todas as instituições de ensino do país fecharam desde março de 2020. Eu e o referido professor conversamos por cerca de 30 minutos sobre as nossas impressões quanto à conjuntura que estamos vivendo. O professor me apresentou brevemente o seu trabalho: as dificuldades, os problemas, os desafios, o que poderia ser melhor e diferente dada a situação. E pensamos juntos sobre os próximos passos do estágio.

O professor dava aula em duas escolas estaduais no norte do Estado do Rio de Janeiro. Uma em São Francisco de Itabapoana, onde leciona para três turmas de 1º ano do ensino médio. Outra em Campos dos Goytacazes, na qual possui uma turma do 1º ano, outra do 3º e o NEJA. Desta forma, o professor ministra 12 tempos de aula, 6 em cada localidade. Em tempos de aula presencial, ele começou um processo para conseguir dar aula em apenas uma dessas localidades mas, por enquanto, em período remoto, essa configuração permanece.

¹ Licencianda em Ciências Sociais no Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional - ESR/UFF

No dia 20 de outubro de 2020, Carlos teve a iniciativa de criar o grupo “UFF estágio 2020” em uma rede social, espaço no qual foi estabelecida nossa agenda de encontros e também onde planejamos sobre os temas que seriam discutidos. Combinamos dois encontros: o primeiro no dia 28/10 e o outro no dia 04/11. Entre os dias agendados, solicitei ao professor o plano de ensino e perguntei se ele estava utilizando algum material digital com a turma. Recebi, de volta, três arquivos do material didático em arquivo com extensão *PDF*. Até o nosso encontro, do dia 28 de outubro, pude estudar um pouco sobre esse material didático digitalizado. São cadernos de atividades, autorreguladas elaboradas pela Secretaria de Educação do Estado (SEEDUC) do Rio de Janeiro em 2013:

Estas atividades pedagógicas autorreguladas propiciam aos alunos o desenvolvimento das habilidades e competências nucleares previstas no currículo mínimo, por meio de atividades roteirizadas. Nesse contexto, o tutor será visto enquanto um mediador, um auxiliar. A aprendizagem é efetivada na medida em que cada aluno autorregula sua aprendizagem (SEEDUC, 2015).

Com o objetivo de refletir sobre essa definição em torno dos cadernos de atividades autorreguladas, trago uma questão do documentário “A função social da escola ou a escola serve pra que?” (2007) em que uma das falas coloca que uma família bem assistida é aquela que consegue dar mais condições para que o aluno possa evitar evasão. Neste sentido, que tipo de assistência estamos falando? Assistência, não no sentido de assistência de complemento de renda governamental, por exemplo, que de passagem, é imprescindível para as famílias pobres manterem seus filhos na escola. Mas, na perspectiva que interessa aqui, estamos falando da “assistência” do ou da docente, na medida em que entendemos que o ensino é multidimensional, nesse sentido, é mais que necessário a intervenção do(a) professora(o) para construir aprendizagem em conjunto com discente.

A abordagem técnica de ensino-aprendizagem refere-se àquela ação intencional que tem como objetivo sistematizar melhores condições, seleção de conteúdo, estratégias didáticas, entre outras, tendo em vista melhorar a aprendizagem. Entretanto, se não for considerada com todas as dimensões devidas, acaba-se por cair em uma espécie de “tecnicismo”.

Para Candau (2001), a didática situa-se entre as mais diversas dimensões do processo de ensino-aprendizagem. Evitando a falsa lógica que se diz neutra, compreende-se que a

dimensão política e social não é um aspecto separado do processo de ensino-aprendizagem, ao contrário, ela está impregnada em todo o processo da prática pedagógica. E, mais uma vez, na perspectiva deste relato, é precisamente nesta multidimensionalidade em que a didática situa-se. Neste sentido, em que medida podemos ver a docência apenas como tutoria, mediação, auxiliar na aprendizagem da forma como o caderno de atividades autorreguladas sugere?

Mas a crítica à visão exclusivamente instrumental da didática não pode se reduzir à sua negação. Competência técnica e competência política não são aspectos contrapostos. A prática pedagógica, exatamente por ser política, exige competência técnica. As dimensões política, técnica, e humana da prática pedagógica se exigem reciprocamente. Mas esta mútua implicação não se dá automática e espontaneamente. É necessário que seja conscientemente trabalhada. Daí a necessidade de uma *didática fundamental* (CANDAU, 2001, p 23).

Para reforçar essa ideia, acreditamos ser interessante trazer algumas considerações de François Dubet (1998), na medida em que este autor reflete sobre algumas características do comportamento estudantil em sala de aula e a relação docente e discente. Uma das dificuldades observadas pelo autor é que, nem sempre os estudantes estão dispostos a cumprir o seu papel de aluno:

A minha segunda surpresa: é preciso ocupar constantemente os alunos. Não são alunos capazes de fingir que estão ouvindo, sonhando com outra coisa e não fazer barulho. Se você não os ocupa com alguma coisa, eles falam. É extremamente cansativo dar a aula já que é necessário a toda hora dar tarefas, seduzir, ameaçar, falar (...) Por exemplo, quando a gente fala “peguem os seus cadernos”, são cinco minutos de bagunça porque eles vão deixar cair suas pastas, alguns terão esquecido seus cadernos, outros não terão lápis. Aprendi que para uma aula que dura uma hora, só se aproveitam uns vinte minutos, o resto do tempo serve para “botar ordem”, para dar orientações. Tive muitas dificuldades (DUBET, 1998, p. 223).

E nesse sentido, retomando Vera Candau (2001) entendemos que a aprendizagem é estruturada de forma que somos todos dialeticamente ensinados e ensinamos. Por isso, é necessário criar condições para esta forma de aprendizagem acontecer. Podemos pensar o caderno de atividades autorreguladas como algo similar aos livros didáticos, que visam a uma “objetividade científica”. E, nesse período, em que as relações entre discente e docente se dão exclusivamente por meios digitais, a questão da troca de experiências fica muito limitada. A

mediação docente “é o elo entre o lecionar do professor e o aprender do discente” (MELO; MOURA, 2017, p. 114). Sem pretensão de chegar a uma resposta neste relato, questiono o quão produtivo para o ensino de Sociologia no ensino médio, uma disciplina cujo um de seus objetivos é justamente desenvolver o pensamento crítico, possa ter uma aprendizagem efetiva tendo em vista que cada aluno fica responsável por autorregular seu aprendizado.

No dia 28 de outubro, foi realizada a reunião junto com o professor do estágio, com duração de cerca de uma hora, momento no qual conversamos sobre as aulas presenciais e remotas e, a partir daí, entender melhor como foi a adaptação, transição e a dificuldade com a tecnologia.

Para esse encontro, preparei alguns questionamentos que seguiam no sentido de me permitir entender como foi essa transição para o corpo discente, se havia casos de evasão, se existia a possibilidade de acesso a essa informação dentro do colégio, se estava tendo contato com as turmas e quais as perspectivas pedagógicas. De maneira geral, buscava ter um “balanço” desse primeiro ciclo, que se tornou uma nova forma de se pensar o tempo de aula, ao invés de bimestres e semestres.

As aulas presenciais começaram em fevereiro de 2020 e, em meados de março, foram interrompidas pelas medidas preventivas à disseminação da COVID-19. O professor frisou que o início é importante para conhecer a turma, fazer o planejamento anual, reconhecimento da “área” e apresentar as ideias para turma. Disse-me que desde o primeiro dia de aula, ele já apresenta conteúdo. No princípio do período letivo, o professor trabalhou a introdução ao tema da “imaginação sociológica”, abordando assuntos como racismo, violência doméstica, entre outros.

Do dia 13 de março até 4 de abril de 2020, as escolas permaneceram fechadas e sem aulas. E no sistema da SEEDUC, esse período foi definido como período de adaptação e reconhecimento das questões tecnológicas necessárias. Mas o período se estendeu de abril até maio, quando foi estabelecido realmente o ensino remoto.

ACESSO À PLATAFORMA VIRTUAL *GOOGLE CLASSROOM*

A plataforma virtual *Google Classroom* foi utilizada por várias instituições públicas de ensino, tendo como exemplo a Universidade Federal Fluminense e as escolas públicas do Estado. Em questão visual e organização das funções a sala de aula virtual, ela mostra uma

tela inicial com todas as turmas que a professora(o) leciona. Vale ressaltar que a plataforma é compartilhada com outras disciplinas e professores, ficando setorizada. Para acessar as informações das turmas, basta selecionar uma delas. A partir dessa nova tela, há o mural, onde são realizadas “a troca de informações” (geralmente este mural é mais utilizado pelo docente). Há uma aba nomeada “pessoas” em que se tem acesso a todos os nomes dos alunos e das alunas. Na aba “atividades” é o espaço para o(a) docente solicitar os trabalhos avaliativos e os(as) discentes devolverem as atividades solicitadas, e também onde estes últimos poder ter acesso as suas notas. Existe também, dentro do *Google Classroom*, o *Google Drive* para salvar os arquivos da turma e o *Google Meet* para os encontros síncronos.

Sobre esse processo de adaptação para as plataformas da *Google*, os principais problemas identificados foram: a dificuldade de acesso à internet de qualidade, a falta de estrutura física nas casas dos(as) discentes para os estudos e a carência de material apropriado para a realização das atividades.

Para o acesso à internet, e utilizado pelos alunos, principalmente, os pacotes de internet *4G* das operadoras que estes já utilizam, de forma que podem ter o pacote esgotado no meio de uma aula. E a título de exemplo, de acordo com o professor, já ocorreu da aula terminar por falta de internet da turma. As primeiras atividades de ensino de sociologia no ensino remoto foram videoaulas gravadas, não necessariamente pelo professor, mas as que ele considerou “de qualidade” disponíveis em canal de vídeos e também disponibilizou textos do caderno das atividades autorreguladoras. O prazo para conclusão dessas tarefas é de uma semana. A maior parte das atividades objetivas é enviada juntamente com o gabarito.

No *Google Classroom*, através do acesso dos professores não é possível saber quantos alunos já visualizaram as atividades indicadas. Por isso, um dos métodos, encontrados pelos professores, foi orientar aos alunos que tiveram a possibilidade de ler o texto enviado ou ao menos, que receberam a informação do professor, que respondessem com uma mensagem de “lido” ou “ok”, com o intuito de ter o mínimo de retorno.

Na opinião do professor, “a tecnologia fica na reserva”. Até mesmo no presencial, isso era regulado, por receio da direção, gerando a desmotivação do docente. Como não era comum a utilização dos meios eletrônicos foi um impacto muito grande. E em relação aos estudantes “a gente percebe um distanciamento muito grande com os alunos com essa plataforma”, diz o professor. Podendo-se afirmar que a plataforma é limitada, não dá espaço

para interação.

Por outro lado, a SEEDUC cobra retorno dos professores. Esta também foi uma das dificuldades que foi identificada, nesse processo, pelo professor. O tempo reforçou o desânimo dos alunos, muito provavelmente dadas suas realidades sociais, a falta de perspectivas, as dúvidas não solucionadas e, estes foram aos poucos abandonando a plataforma. De acordo com o relato do professor, a SEEDUC orientou aos professores que não colocassem as notas das atividades feitas pelos alunos, pois se debatia na rede do Estado a possibilidade de aprovação automática, por parte dos alunos que minimamente participaram das atividades propostas, sendo que aqueles outros que não cumprissem nenhuma atividade seriam considerados evadidos. Além disso, os professores não têm acesso à quantidade de evasões, os dados são centralizados pela direção do colégio. O tema das evasões dos alunos foi um ponto que quis aprofundar mais com o professor, quis entender quais têm sido as principais dificuldades dos discentes e dos docentes. Entre os professores, há relatos de dificuldades de acesso e falta de informações. Neste sentido, estudantes também tiveram dúvidas. Cada escola tem respondido de uma maneira particular aos desafios impostos pela pandemia. Algumas disponibilizaram apostilas para os estudantes buscarem na escola, para estudarem em casa. Outras, aguardaram a chegada da plataforma. A chegada da plataforma digital causou confusão nos (as) alunas(os) de qual método se deveria seguir.

A partir do dia 15 de julho de 2020, teve início o recesso do meio de ano, e até aquele momento, alguns ainda usavam a plataforma, mas de acordo com o professor, entre julho e agosto houve menos acesso à sala de aula virtual. O professor estima que, durante esse período, o acesso dos(as) discentes à plataforma oscilava entre 30% a 40% da turma.

A Secretaria de Educação Regional cobra das escolas o envio de relatórios semanais das turmas. Sendo que pela falta de informação da plataforma a construção desses relatórios é bastante dificultada. Ao mesmo tempo, a direção do colégio preocupa-se com o censo da escola e o quanto isso pode ser prejudicial para o colégio. De acordo com o professor, não se tem autonomia. O professor precisa se enquadrar às demandas e às exigências da direção. Além disso, todo o processo de isolamento social agravou mais o problema de falta de tempo para planejamento de aulas, aspecto que já era corriqueiro antes da pandemia.

ALGUMAS REFLEXÕES E QUESTIONAMENTOS (AINDA SEM RESPOSTAS) SOBRE O ENSINO REMOTO

Esta pandemia pegou o sistema de educação de surpresa. Mesmo para os professores e alunos mais familiarizados com as tecnologias foi e está sendo um processo muito difícil, muito desafiador. Principalmente, para os alunos da rede pública que não tiveram assistência suficiente do governo para garantir sua presença e dedicação na sala de aula virtual.

Dentre outras questões, acho importante abordar e entender melhor, que atualmente o espaço público da escola já não pode ser utilizado e agora o espaço de trabalho e estudo é o espaço da nossa casa, que já foi privado e agora passa a ser público, como Jean Segata aborda em sua entrevista “o novo normal é o nosso pesadelo”. Além disso, para o antropólogo esse momento pandêmico escancara os problemas do capitalismo:

Novo normal talvez seja uma maneira de dizer que esses processos cada vez mais destrutivos da vida serão naturalizados. Talvez esse “novo normal” seja uma maneira de dizer que daqui em diante essa necropolítica que estamos vivendo será naturalizada, como os mais de 140 mil mortos que já temos no Brasil. Talvez as pessoas aceitem pensar que esse é um custo necessário para a vida de outros (SEGATA, 2020, n.p).

Alguns questionamentos ainda me rondam e me preocupam enquanto futura docente: quantos são os estudantes com condições de ter minimamente uma internet com uma velocidade razoável para assistir as aulas síncronas e vídeos? O método de ensino está sendo eficaz? Vale lembrar que o presidente Jair Bolsonaro seguindo a lógica do sistema capitalista na linha do neoliberalismo de desmontar os serviços públicos, vetou o Projeto de Lei nº 3.477/20, que previa o acesso à internet a docentes e discentes, da rede pública de educação (VERDÉLIO, 2021). No Brasil, quem está conseguindo ter acesso ao ensino? São os discentes pobres ou apenas os de famílias mais abastadas? Com essa ação do presidente, podemos perceber que esse governo trata a educação como mercadoria e não como direito. Havendo dessa forma, diferenciação entre os alunos de colégios públicos e colégios privados, tendo em vista quem realmente terá acesso à educação no momento da pandemia. Então, neste sentido, cabe perguntar os discentes estão construindo conhecimento no ensino médio? Como será o desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) desses estudantes que estudaram dessa forma e foram aprovados em suas respectivas séries? E, principalmente, qual

foi o índice de evasões e quais suas motivações? Cabe considerar ainda, que os responsáveis pelo estudante tem a possibilidade de assinar um termo de concordância de repetência de série, se acharem que essa é a melhor decisão para o momento que estamos vivendo.

Para contribuir com esses questionamentos e direcionar algumas possíveis respostas, trago o pensamento de Antoni Zabala (1998) como base para refletir para que serve o sistema educativo. Essa finalidade vai depender da capacidade que se quer desenvolver no aluno. À distância, será possível identificar os fatores que vão incidir no crescimento discente? Teremos meios para identificar os problemas da nossa própria intervenção e ensino de sociologia enquanto professores, tal como Zabala sugere? Os conteúdos de aprendizagem são aqueles que possibilitam o desenvolvimento da capacidade motora, afetiva, de relação interpessoal e de inserção social. Existe a possibilidade de formação dessas capacidades no ensino remoto via *google meet*? Os professores já têm um desafio cotidiano em seu ofício que é despertar e manter o interesse dos seus alunos. Nestes tempos remotos, qual é o grau que esta dificuldade alcança? Os professores conseguem superar essas questões?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivenciar o estágio neste período é determinante para a formação de professores, estes que saberão buscar respostas, ou ao menos trabalhar para questionar e instigar o pensamento crítico junto aos estudantes, independente do momento vivido, além da formação pessoal para compreender mais e ser mais sensível com todos os envolvidos com a desafiadora experiência do ensino remoto. Alguns licenciandos estagiários neste momento estão tendo uma oportunidade que outros professores já formados não tiveram: poder estudar sobre um fenômeno enquanto o vivencia. Diversas perguntas ainda estão sem respostas, pois este trabalho não teria condições de respondê-las, inclusive porque ele se concluiu antes do final do ano de 2020. Para finalizar este relato, trago uma passagem instigadora do livro “A prática educativa” de Antoni Zabala.

De fato, quer mostrar que a resolução dos problemas que a prática educativa coloca exige o uso de alguns referenciais que permitam interrogá-la, ao mesmo tempo que proporcionem os parâmetros para as decisões que devam ser tomadas. É um livro prático porque se ocupa dos problemas que a prática gera e porque os aborda desde certos marcos que, em minha opinião, ajudam a lhes dar o verdadeiro sentido que possuem; assim, também nos conscientizamos de sua importância, da transcendência

de algumas opções, do papel que temos como pessoas que ensinam. (...) são profissionais que devem diagnosticar o contexto de trabalho, tomar decisões, atuar e avaliar a pertinência das atuações, a fim de reconduzi-las no sentido adequado. (...) Convencer da dificuldade da tarefa de ensinar é o que me levou a escrever este livro, e o que me moveu a lhe conferir um enfoque determinado é a certeza de que esta dificuldade não pode ser superada com respostas simples (ZABALA, 1998, p. 7).

REFERÊNCIAS

Referência Audiovisual

“Função social da escola ou a escola serve pra que?” Produção: Erdfilmes. Brasil, 2007. Trailer do documentário disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3JZzSed3loM>. Acesso em: 23 nov. 2020.

Referências Bibliográficas

CANDAU, Vera Maria. **A didática em questão**. 20. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

DUBET, François. Quando o sociólogo quer saber o que é ser professor. Entrevista concedida a Angelina Teixeira Peralva e Marília Pontes Sposito. **Revista Espaço Aberto**. n.º 5, maio, 1997

MELO, Patricia Bandeira de; MOURA, Tatiane Oliveira de Carvalho. Perspectiva etnográfica como proposta de metodologia de ensino de sociologia. **Revista Portuguesa de Educação**, Universidade do Minho, n. 30, 2017. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/7400/9175>. Acesso em 09 jul. 2020

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. Governo do Estado do Rio de Janeiro.. **Caderno de atividades pedagógicas de aprendizagem autorregulada 02** 2º bimestre - artes. Rio de Janeiro, SEEDUC RJ, 2013. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/Uploads/Noticias/6671EM%20ARTES%20SERIE%20BIM%20ALUNO.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2021.

SEGATA, Jean. O novo normal é o nosso pesadelo. Entrevista concedida a Marco Weissheimer. **Outras mídias**. 07 de outubro de 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/o-novo-normal-e-o-nosso-pesadelo/> Acesso em: 25 nov. 2020.

VERDÉLIO, Andreia. Governo veta lei que dá a estudantes acesso gratuito à internet. **Agência Brasil**, Brasília. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-03/governo-veta-lei-que-da-estudantes-acesso-gratuito-internet>. Acesso em: 24 de mai. de 2021.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: PortMed, 1998.